

Suplentes mantêm salário longe do plenário

Políticos que em alguns casos exerceram mandato apenas por algumas horas trabalham como secretários de Estado mas ganham como se fossem deputados

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Os suplentes de deputado Virmondes Cruvinel (PMDB-GO), Carlos Mendes (PMDB-GO), Dejandir Dalpasquale (PMDB-SC) e Odir Rocha (PPR-TO), continuam recebendo salários da Câmara como se estivessem no exercício do mandato, embora trabalhem como secretários nos governos de seus Estados. A situação dos quatro está sendo questionada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e só poderá ser resolvida depois de agosto, quando o Congresso voltar das férias de julho.

Os quatro suplentes garantiram salários de R\$ 8 mil por mês (no lugar dos cerca de R\$ 3,5 mil pagos aos secretários de Estado) graças a uma das mais espertas manobras já registradas no Congresso. Em Goiás, o deputado Josias Gonzaga (PMDB) afastou-se no dia 17 de abril e deu a vaga para Virmondes Cruvinel. Este tomou posse no dia 18 e se licenciou no dia 19, para assumir uma secretaria em seu Estado. Em seguida, foi dada posse ao suplente Carlos Mendes, que ficou cinco dias na vaga e se afastou para assumir outra secretaria. Em seu lugar tomou posse a deputada Nair Lobo (PMDB-GO), que continua exercendo o mandato.

Toda a seqüência de manobras foi feita porque a Constituição garante ao parlamentar que for nomeado pa-

ra uma secretaria no governo do seu Estado o direito de optar pelo vencimento de deputado ou senador. Mas não foram só os deputados goianos que conseguiram a proeza de multiplicar o salário de uma vaga por vários. A fórmula milagrosa foi descoberta em Tocantins também.

No dia 3 de fevereiro, o titular Darcy Coelho (PFL-TO) afastou-se para abrir a vaga a Odir Rocha. Este ficou poucas horas no cargo de deputado. Tomou posse no mesmo dia 3 e, momentos depois, pediu licença, para assumir uma vaga de secretário em seu Estado. Seu lugar foi ocupado por Melquíades Neto (PPR-TO).

Descoberta a forma de se ganhar o salário de deputado mesmo sendo suplente e sem estar em Brasília, chegou a vez de Santa Catarina. O deputado Neuto de Conto (PMDB) afastou-se em 13 de fevereiro e cedeu a vaga a Dalpasquale, que tomou posse no mesmo dia e se afastou 24 horas depois, para assumir uma vaga de secretário. No lugar entrou o deputado Rivaldo Macari (PMDB-SC).

O corregedor-geral da Câmara, deputado Beto Mansur (PPR-SP), deu parecer contrário ao pagamento do salário dos suplentes. Na discussão sobre a legalidade ou não dos atos dos suplentes, formou-se um processo na Comissão de Constituição e Justiça. O deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB) é o relator, mas ainda não deu seu parecer.

**CJ EXAMINA
CASO DEPOIS
DAS FÉRIAS
DE JULHO**